

# CAMINHOS CONVERGENTES

ESTADO E SOCIEDADE  
NA SUPERAÇÃO  
DAS DESIGUALDADES  
RACIAIS NO BRASIL

ORGANIZADORAS  
MARILENE DE PAULA  
ROSANA HERINGER

8

---

CONSTRUÇÃO E  
DESCONSTRUÇÃO DO  
SILÊNCIO: REFLEXÕES SOBRE  
O RACISMO E O  
ANTIRRACISMO NA  
SOCIEDADE BRASILEIRA

ÁTILA ROQUE

■■■ HEINRICH  
BÖLL  
STIFTUNG

**act:onaid**



# CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO SILÊNCIO: REFLEXÕES SOBRE O RACISMO E O ANTIRRACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

ÁTILA ROQUE<sup>1</sup>

Oito anos passados da “Conferência das Nações Unidas Contra o Racismo, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância”, realizada em Durban, África do Sul, em setembro de 2001, e a sua atualidade não poderia ser mais evidente, e o debate sobre os seus temas mais acalorados. No Brasil, muita coisa mudou de 2001 até hoje, mas – apesar dos muitos e significativos avanços na luta contra o racismo – permanecem ativos os mecanismos produtores e reprodutores da discriminação das populações negras, especialmente aquela que atinge em cheio jovens pobres e

---

1 Historiador, Membro do Colegiado de Gestão do INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos)

mulheres. Este pequeno artigo é um testemunho pessoal e imperfeito de quem acompanha esse debate a partir de um lugar particular, o de militante e dirigente de uma ONG “não negra”.<sup>2</sup>

## O PAÍS DO RACISMO SEM RACISTAS

Estivemos, na verdade, ao longo da última década, participando de um processo fundamental de ruptura de um dos principais – talvez o mais importante – pilares de sustentação do racismo no Brasil: o silêncio. Silêncio tão conhecido de negros, mulatos, morenos, afrodescendentes ou qualquer outra denominação atribuída à tonalidade da pele – que sofrem ao longo das suas vidas com as consequências do racismo. Sofrem com a baixa estima quando crianças ou adolescentes pela ausência de referências positivas nos meios de comunicação – que levavam, como acontecia com a minha geração, os jovens negros a dormirem com toucas feitas com as meias finas usadas pelas nossas mães e irmãs, para acordarem com os cabelos lisos e penteados. Felizmente, na década de 70, James Brown e Toni Tornado apareceram para mostrar aos jovens e adolescentes negros que era possível ser bonito com cabelo duro!

O silêncio que acompanha os homens negros, especialmente os jovens, todas as vezes que se vêem como os únicos “suspeitos” retirados dos ônibus nas batidas policiais, acompanhados pelos olhos baixos dos demais passageiros, que parecem dizer: “Não temos nada com isso, quem manda ser negro!”.<sup>3</sup>

Como disse Lúcia Xavier<sup>4</sup>, em um dos muitos debates em que estivemos juntos, explicitar o não dito é um ato estratégico na luta contra o racismo. Disseminar a palavra contra o preconceito é um ato transformador da

2 Esta é uma maneira simplista de denominar organizações diversas que trabalham com temáticas relacionadas ao desenvolvimento, cidadania, direitos humanos, políticas sociais, pobreza e desigualdades, mas que não tem como tema exclusivo a questão racial ou negra, ao contrário de muitas outras entidades que focam o seu trabalho na luta contra o racismo.

3 Para uma pesquisa detalhada do viés racista da polícia carioca, vejam o livro das pesquisadoras Sílvia Ramos e Leonarda Musumeci, *Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

4 Coordenadora da ONG Criola ([www.criola.org.br](http://www.criola.org.br)), sediada no Rio de Janeiro e ativa nas questões relativas às mulheres negras.

realidade. Um ato que desperta outras vozes, transforma e *empodera* (como dizem as feministas) todos os envolvidos: os que falam e os que escutam. Muito da história da luta contra o racismo no Brasil, desde o início do século passado, tem a ver com esse esforço de romper o silêncio envergonhado, visto por alguns como um aspecto positivo – a vergonha de ser racista – em uma sociedade que produziu fenômeno dos mais peculiares na história da humanidade, o do “racismo sem racistas”.<sup>5</sup>

Um silêncio que condenou, ao longo de nossa história, negros e negras a uma espécie de “solidão civil” – já que a esfera pública construída pela nossa limitada democracia não tinha espaço para o tema racial. Um silêncio que nada tinha a ver com a ausência de dados sobre o “custo social” pago pelos negros e negras em consequência da sistemática discriminação. Um silêncio que representava uma verdadeira interdição político-cultural que inibia até mesmo a formulação do problema. Ainda hoje, em alguns ambientes, falar de racismo causa mal-estar, é falta de educação e de tato social. Ou então – nós da esquerda sabemos disso – dizia-se: “Deixa para depois, depois da revolução. Essa não é questão fundamental. O fundamental é a questão social”. Vejam bem, racismo durante muito tempo, em análises que se pretendiam transformadoras da realidade, sequer recebia o status de questão social. Assim como outros temas, era tratado como uma “questão de minoria”, que se solucionaria naturalmente na medida em que se reduzisse a pobreza.

É preciso reconhecer que a matriz ideológica e teórica que informa o pensamento sócio-político no Brasil se encontra fortemente marcada por um pensamento econômico e por um enfoque de classes que desconsidera as chamadas dimensões específicas da dominação, relegadas para um segundo momento no processo de transformação social. Este pensamento se reflete em uma preferência por estratégias de mudanças ditas estruturais que acabam por criar falsas dicotomias entre políticas universais e específicas. Os movimentos feministas e ambientalistas cumpriram e continuaram a cumprir um papel fundamental ao revelar as limitações desse enfoque.

5 Em 1995 o Jornal Folha de São Paulo publicou o caderno especial “Racismo Cordial” trazendo dados sobre o fenômeno do preconceito de cor no Brasil, mostrando que apesar de 91% dos pesquisados dizerem que existe racismo no Brasil, apenas 3% assumiam o próprio preconceito. Em termos gerais esse dado se repete na nova edição da pesquisa publicada pela FSP em 23 de novembro de 2008.

Interessante como muito do debate atual sobre “cotas raciais” nas universidades insiste em recorrer a uma variação desse argumento, alegando que as desigualdades raciais (isto é, entre os que reconhecem que elas existem, pois alguns nem isso...) serão eliminadas na medida em que “políticas universais” sejam adotadas, estabelecendo-se, assim, uma falsa dicotomia ao comparar alhos com bugalhos, já que cotas e ações afirmativas fazem parte de um leque de políticas destinadas ao combate do racismo e das desigualdades por ele geradas, ou seja, são não apenas compatíveis, mas essenciais à luta pela universalização dos direitos fundamentais a todas as pessoas, alvo suposto das políticas sociais de cunho universalizantes.

Isso não significa que ao longo das últimas décadas pouco tenha sido feito, especialmente nos âmbitos da legislação e do aparelho do Estado, com a finalidade de combater o racismo e as suas consequências. Desde 1988 a Constituição Brasileira categoriza o racismo como crime, reconhece o direito de posse da terra às comunidades quilombolas, chegando à criação da Fundação Cultural Palmares. Durante os anos 80 e 90 várias foram as iniciativas e experimentos de criação de Secretarias Especiais e outros órgãos com o objetivo de combater as desigualdades raciais e punir o racismo. Mas é a partir dos anos 1990 que a mobilização pública começa a ganhar volume e a conquistar espaços estratégicos no Estado e na sociedade brasileira.

Nesse sentido, algumas iniciativas lideradas pelo “movimentos negro”<sup>6</sup>, especialmente as que resultam na histórica Marcha de Zumbi, em 20 de novembro de 1995, já apontavam para um nível de mobilização e conscientização mais amplo sobre a temática do racismo. São vários os motivos que nos levam a sublinhar o papel marcante da Marcha de Zumbi no processo de ganho de visibilidade e legitimidade para a luta antirracista. Em primeiro lugar, a valorização do Dia Nacional da Consciência Negra como um momento simbólico de celebração e mobilização

---

6 A partir de agora sempre que me referir ao “movimento negro” é preciso ter em mente que não estou fazendo uso de qualquer visão homogenizadora que desconhece a diversidade existente nas organizações, fóruns, conselhos e outras expressões organizativas e mobilizadoras daqueles e daquelas que lutam desde muitas décadas contra o racismo no Brasil. O movimento negro é plural e heterogêneo, não podendo ser considerado como uma única voz. Vejo isso como qualidade e não como defeito.

da luta pelos direitos dos negros, em contraposição à data de caráter mais “oficialista” da Abolição, 13 de maio. Em segundo lugar, a participação de cerca de 30 mil pessoas na Marcha demonstrou uma capacidade de mobilização do movimento negro até então despercebida do público mais geral. Finalmente, na mesma ocasião, é constituído, por Decreto Presidencial, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, representando uma importante estratégia de aproximação de parcelas significativas do movimento negro em relação ao estado brasileiro.

Também é importante chamar a atenção para o fato de que, apenas alguns anos antes, por volta de 1990, realizara-se uma das mais instigantes campanhas de promoção da conscientização e de construção de uma identidade positiva entre a população negra. Com o objetivo de influenciar os resultados do Censo Demográfico de 1991, cerca de vinte organizações da sociedade civil do Rio de Janeiro e de outras cidades, incluindo ONGs e “organizações negras”, lançaram a campanha “*Não deixe sua cor passar em branco. Responda com bom c/senso*”, cuja secretaria executiva funcionava no Ibase, ONG fundada e dirigida à época por Herbert de Souza, o Betinho, figura símbolo da sociedade civil brasileira. Os objetivos principais indicados pelos documentos explicativos da campanha eram os seguintes:

- incentivar pessoas negras e mestiças a declarar sua cor para o censo de 1991: branca, preta, amarela, parda, indígena;
- transmitir uma imagem mais positiva da população negra e mestiça, contribuindo para a recuperação de sua dignidade, valorização de sua cultura e construção de sua cidadania;
- contribuir para que as informações do censo 91 indiquem as reais condições de vida atuais da população negra e mestiça.

Conforme realça a pesquisadora do IBGE Jane Souto de Oliveira, Contrapondo-se à ideologia do embranquecimento, o texto explicativo da campanha alertava “para a necessidade de programas sociais visando à melhoria das condições de vida das população negra e mestiça” e para o fato de que “se não nos contamos, eles não nos levam em conta”. E concluía afirmando que “o recenseamento é um retrato estatístico e social do Brasil e a população negra e mestiça tem que estar nessa foto”.

Mais do que simplesmente introduzir um quesito no censo, tratava-se de problematizar a questão racial no Brasil e fazer do censo um instrumento de reivindicação política.<sup>7</sup>

A Campanha de 1991 foi uma das primeiras a reunir em uma plataforma comum organizações da sociedade civil, em especial as chamadas ONGs, e organizações do movimento negro com o sentido de buscar o reconhecimento da população negra e o questionamento do silêncio dominante sobre a realidade da discriminação racial. Conforme veremos adiante, exercício semelhante foi empreendido no período preparatório e posterior à Conferência de Durban, em uma conjuntura política bastante diferenciada, com o lançamento dos Diálogos Contra o Racismo e a Campanha “Onde Você Guarda o seu Racismo?”.

Do ponto de vista da produção de indicadores, uma iniciativa pioneira de desagregação por “raça” do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) – lançado, em 1991, pelo Relatório de Desenvolvimento Humano preparado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) –, foi empreendida pelos estudiosos Marcelo Paixão e Wânia Sant’Anna, na ocasião pesquisadores de uma ONG, a Fase. Não obstante o fato de não ser um empreendimento de um organismo governamental, o trabalho por eles realizado teve bastante impacto na opinião pública e na imprensa, servindo como um importante referencial no debate sobre as condições de vida da população negra e das desigualdades raciais no Brasil.<sup>8</sup>

Finalmente, os anos 1990 foram palco de grandes emoções para a jovem democracia brasileira e de momentos memoráveis de mobilização da sociedade civil. Foram os anos do Movimento Pela Ética na Política, do impeachment de Collor e do lançamento da “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”, mais conhecida como “Campanha da Fome”. Tudo isso despertava uma expectativa de mudanças e um otimismo em relação às possibilidades de enfrentamento das desigualdades e da exclusão social poucas vezes vistas na história do Brasil.

---

7 OLIVEIRA, Jane Souto de. *Brasil mostra a tua cara: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000*. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2001 (Textos Para Discussão N° 6). p.41

8 SANT’ANNA, Wânia e PAIXÃO, Marcelo. “Desenvolvimento Humano e população Afrodescendente no Brasil: uma questão de raça”. *Revista Proposta*, n° 73, junho/agosto 97. Rio de Janeiro, FASE.

## DURBAN E O “CICLO SOCIAL” DA ONU

A história da convocação de uma Conferência Mundial Sobre o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, aprovada finalmente pela Assembleia Geral da ONU em 1997, mereceria um artigo inteiro, aliás, já escrito, pelo Embaixador brasileiro J.A. Lindgren Alves, autor da proposta original da Conferência em 1994.<sup>9</sup>

No momento da sua convocação ela parecia o encerramento perfeito para um ciclo de conferências mundiais iniciado na década de 1990 que revisitou todos os grande temas do desenvolvimento, firmando compromissos e estabelecendo metas a serem atingidas pelos países membros da ONU. Esta série de conferências, em grande parte devido à profunda revisão que promoveu nos parâmetros que informavam as visões dominantes do desenvolvimento – colocando com destaque na mesa de negociações temáticas como a da sustentabilidade ambiental, dos direitos das mulheres, da pobreza, dos direitos humanos, entre outros –, ficou conhecida como “ciclo social de conferências da ONU”.

Em uma década que sucedia o fim da “guerra fria” e que prometia o renascimento virtuoso dos valores fundadores da própria ONU, o fortalecimento do multilateralismo e de uma governança que levasse a novos e mais generosos pactos de cooperação Norte-Sul (sem dúvida, excesso de otimismo), a agenda de Durban parecia perfeita na disposição de enfrentar o que aquela altura já demonstravam serem os grandes temas do século XXI.

As dificuldades encontradas já durante a fase de negociação e o impasse que levou à saída dos Estados Unidos e Israel da Conferência, demonstraram o quanto as expectativas tinham sido superestimadas. Os ataques terroristas às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, apenas três dias após o encerramento dos trabalhos, quando várias das delegações sequer tinham voltado aos seus países com os documentos finais acordados em Durban, chegou a parecer a muitos dos homens e mulheres que participaram das negociações – em uma espécie de delírio retrospectivo – um fato anunciado, tamanhas foram as muitas

---

9 ALVES, J.A. Lindgren. “A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Número 45, Volume 2, 2002. pp.198-223.

manifestações de intolerância e incapacidade de ouvir uns aos outros demonstrado pelas delegações da Europa, Estados Unidos, Israel e Países Árabes.

Evidentemente a escala dos ataques superou toda a imaginação possível em sua terrível ousadia destrutiva. E inaugurou um longo ciclo de intolerâncias, guerras e terror, uma nova era do medo, da qual até hoje não saímos completamente, como o processo da recém realizada Revisão de Durban, no período de 20 a 25 de abril de 2009, em Genebra, deixou bem claro, ainda que tenham sido confirmados os compromissos originais de Durban. A retirada de um número significativo de países europeus, os quais se somaram aos EUA e a Israel, torna ainda mais tênue o impacto efetivo da conferência.<sup>10</sup>

No entanto, devemos em grande parte a Durban a elevação da luta contra o racismo a tema de destaque no debate público brasileiro.<sup>11</sup> A mobilização de atores governamentais e não governamentais, em particular as organizações do movimento negro, ao longo do processo preparatório para a conferência abriu um leque completamente novo de possibilidades para o enfrentamento da questão, assim como sobre o papel do estado e da sociedade no combate e/ou na reprodução do racismo. O impacto do processo de Durban nas políticas públicas brasileiras não foi irrelevante e merece ser reconhecido, especialmente a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva.

### “VOCÊ TEM FOME DE QUÊ?”<sup>12</sup>

O processo preparatório de Durban contribuiu para aguçar as críticas das organizações negras à baixa prioridade dedicada ao tema do racismo e das desigualdades raciais pelo conjunto mais amplo da sociedade civil, em especial as chamadas “ONGs de Desenvolvimento”. Essas organizações, com notáveis e meritórias exceções, estiveram praticamente

---

10 Ver <http://www.un.org/durbanreview2009/index.shtml>.

11 HERINGER, Rosana. “Ações Afirmativas, estratégias Pós-Durban”. IN: *Observatório da Cidadania 2002* (O Impacto Social da Globalização no Mundo). Rio de Janeiro, Ibase/Item, 2002. pp.55-61.

12 Trecho da letra da canção “Comida” dos Titãs.

ausentes do processo preparatório e da Conferência de Durban, em contraste notório com o engajamento tido até então nas demais conferências do “ciclo social”, especialmente a partir da Rio 92 (Conferências das ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento).

As grandes conferências mundiais da década de 1990 tinham representado, não apenas no Brasil, um grande esforço de mobilização entre as ONGs do mundo inteiro, inclusive as organizações de mulheres e as de meio ambiente, que reconheceram no espaço da ONU uma oportunidade importante de articulação entre as temáticas nacionais e internacionais. Várias redes nascem ou ganham visibilidade nesse processo e algumas passam a assumir um papel de grande relevância no monitoramento em escala mundial dos compromissos e metas assumidos em cada uma das conferências.<sup>13</sup>

Conforme vimos, no Brasil, o processo de Durban estimulou uma enorme mobilização de entidades e do movimento negro de todo o Brasil. Inúmeros seminários e encontros preparatórios foram realizados em diversas partes do país, um Comitê Preparatório com a participação de organizações da sociedade civil foi instalado para discutir a participação brasileira e, em reconhecimento ao papel do Brasil, a Relatoria final da Conferência ficou sob a responsabilidade de uma conhecida militante do movimento de mulheres negras, Edna Roland<sup>14</sup>. O Brasil também levou a maior delegação oficial para Durban, com presença maciça de pessoas e organizações ligadas aos movimentos negro, militantes antirracistas e algumas ONGs, totalizando cerca de 500 pessoas, atrás apenas da delegação da África do Sul, país sede da conferência.

Do lado governamental, multiplicaram-se os estudos tratando dos mais diversos aspectos presentes nas desigualdades raciais brasileiras, destacando-se os elaborados sob coordenação direta do Ipea, cujo então presidente, Roberto Martins, expressava apoio público a importância das políticas de ação afirmativa serem incluídas o mais extensamente possível

---

13 Este é o caso da rede Social Watch, presente em mais de 60 países, no Brasil conhecida como Observatório da Cidadania, criada em 1996, como desdobramento da participação das entidades na Cúpula Mundial Para o Desenvolvimento Social, o “Social Summit”.

14 Fundadora da organização de mulheres Fala Preta.

no repertório das políticas públicas do governo brasileiro. As análises elaboradas por Ricardo Henriques, então pesquisador do Ipea, deram novo impulso ao debate, às vésperas da Conferência de Durban.<sup>15</sup>

Nesse contexto, as críticas decorrentes do baixo engajamento de organizações sociais importantes e das ONGs no processo de Durban deram origem a um processo de autoreflexão que sugeria a existência de uma agenda mais ampla à espera de um tratamento conjunto entre as chamadas organizações negras e não negras. Assim, foi dada a partida em um processo denominado de “Diálogos Contra o Racismo” (ou, simplesmente, Diálogos) entre organizações não-governamentais, instituições acadêmicas, organizações de mulheres e movimento negro, absolutamente inovador e transformador do olhar através do qual a questão racial era tratada por várias das organizações participantes dos Diálogos.

Os encontros foram uma iniciativa conjunta do Observatório da Cidadania/Social Watch, Ibase, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, da Cepia, do Centro de Estudos Afrobrasileiros e do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), do Geledés e de Criola. Os três primeiros encontros reuniram cada um cerca de 50 pessoas de diferentes filiações institucionais, com ênfase para ONGs, organizações feministas e do movimentos negro, sendo um realizado antes (julho de 2001) e os outros dois após a Conferência de Durban (novembro de 2001 e 2002).<sup>16</sup>

A principal contribuição dos Diálogos tem sido, justamente, romper as barreiras que ao longo da história separaram as diferentes organizações e movimentos, em particular as do movimento negro, enfrentando o debate sobre o caráter radicalmente transformador da luta antirracista para o aprofundamento da democracia e para o combate efetivo às desigualdades não apenas de renda, mas sobretudo de poder. Embora

---

15 HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro, IPEA, 2001. (Texto para Discussão, N. 807).

16 Uma excelente síntese do que foi discutido durante esses três primeiros encontros pode ser encontrada na publicação *Sonbar o futuro mudar o presente: Diálogos Contra o Racismo, por uma estratégia de inclusão racial no Brasil* (Rio de Janeiro, Ibase, 2003), disponível para baixar na página web dos Diálogos: <http://www.dialogoscontraoracismo.org.br>

outros encontros tenham sido realizados posteriormente, a leitura da síntese desses três primeiros deixa claro a radicalidade dos questionamentos e a disposição dos participantes em tocar em temas sensíveis não apenas para as suas próprias organizações, mas para cada um e cada uma dos que participavam daquelas discussões apaixonadas, frequentemente passionais, mas também fundamentais para a construção de novos patamares de confiança política entre os participantes.

A possibilidade de tratar abertamente das divergências, de enfrentar as ausências e as fragilidades, assim como construir convergências e acordos foi uma das características essenciais aos Diálogos que demonstraram ser fundamentais para os tempos que viriam após Durban. Os temas e as agendas destiladas nessas primeiras conversas ainda estão sendo, aos poucos, recuperados e aprofundados em novas reuniões, seminários e oficinas realizadas sob o patrocínio dos Diálogos e/ou das redes e organizações que dele fazem parte<sup>17</sup>. Este é o caso, entre outros, das temáticas da mídia e racismo, da segurança pública e da violência (criminalidade), da juventude e da chamada “cultura da periferia”<sup>18</sup>.

Da mesma forma, os Diálogos deram origem, em 2003, a uma campanha que cumpriu o papel central de tirar as pessoas do conforto de uma sociedade “racista sem racistas”, ao levar através de spots televisivos, radiofônicos e materiais impressos respostas à pergunta provocadora “Onde você guarda o seu racismo?”. Conforme expresso em uma das publicações da Campanha, o objetivo era:

“... estimular o debate sobre o racismo, na perspectiva de criar um consenso favorável a políticas e ações públicas. Um passo fundamental: conseguir franquear a palavra para quem quer falar sobre racismo.

---

17 Atualmente os Diálogos contam com uma coordenação formada pelas seguintes organizações: Associação Brasileira de ONGs (ABONG), Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Instituto de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Observatório da Cidadania, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CESeC/Ucam), Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Comunidade Bahá'í, Geledés, Criola, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e Instituto Patrícia Galvão/Redeh.

18 Denominação amplamente adotada pela mídia, mas carregada de sentidos ambíguos e reforçadores de estereótipos que, em casos extremos, justificam segregação cultural e territorial, ainda que oculto sob um discurso de valorização de suas expressões mais evidentes, como é o caso do hip hop e, em menor medida, do funk.

A ocultação tem sido a marca do racismo no Brasil. Tanto é que, no país, temos variados “chavões” para colocar no lugar: “apartheid social”, “democracia racial” e outros eufemismos para manter o mito das relações raciais cordiais.”<sup>19</sup>

Nesse sentido, Diálogos cumpriu o papel fundamental de não apenas romper o “silêncio” de parte importante da sociedade civil comprometida com a luta pelos direitos humanos e pela democracia, ativa em outras instâncias do debate político, mas também de lançar um incômodo mais amplo dirigido a toda a sociedade, onde o silêncio já vinha sendo rompido e a controvérsia se instalado na grande mídia a partir da reação agressiva e militante de setores influentes da sociedade brasileira às diversas experiências de implementação de cotas para estudantes negros em curso em um número crescente de universidades públicas no Brasil.

## O PÓS-DURBAN E CAPTURA DA AGENDA PELA DISCUSSÃO DAS COTAS

Apesar de uma variedade sem precedentes de programas voltados ao enfrentamento das desigualdades e dos problemas decorrentes do racismo durante o governo Lula, em termos gerais faltaram coordenação interministerial, coerência e comunicação entre os programas e as responsabilidades acabaram “encapsuladas” na Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir), não conseguindo alcançar o marco mais amplo das políticas públicas. A luta pela igualdade racial passou a fazer parte da retórica do governo, mas ainda não foi, efetivamente, elevada ao status de política de estado.<sup>20</sup>

No entanto, não há dúvidas que, no caso brasileiro, a ruptura do silêncio ocorre de maneira radical a partir da implementação de diversas experiências de cotas adotadas por um número crescente de universidades públicas, ao longo dos últimos seis anos, e a discussão no

19 Ver “Contribuições para a Campanha Onde Você Guarda o seu Racismo?”, disponível para baixar na página dos Diálogos: <<http://www.dialogoscontraoracismo.org.br>>

20 Sobre a ausência de incorporação de políticas de igualdade racial nas políticas públicas é valiosa a coletânea de artigos reunida recentemente pelo IPEA: THEODORO, Mário (org.); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; e SOARES, Serguei. *As Políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília, Ipea, 2008.

Congresso Nacional de peças legislativas com o objetivo de expandir e consolidar o mecanismo das cotas como principal instrumento de ação afirmativa vigente<sup>21</sup>.

A proposta de cotas, apoiada pelo governo Lula, encontrou em um primeiro momento uma resposta positiva da sociedade e, ainda hoje, conforme demonstrado na pesquisa da Folha de São Paulo, mencionada anteriormente, a maioria das pessoas consultadas apoia o uso das cotas para a promoção, ainda que também desconfiem de que se trata de um instrumento que estigmatiza os estudantes beneficiados.

Mas a reação contrária não tardou a se manifestar e a crescer também desde os primeiros momentos, mobilizando pessoas importantes do mundo universitário brasileiro, intelectuais, alguns artistas e, principalmente, editores de grandes jornais impressos e televisivos, como é o caso o editor chefe de jornalismo da TV Globo, Ali Kamel<sup>22</sup>. O que mais espanta nessa reação é a virulência e a agressividade com a qual alguns dos detratores das cotas entraram no debate, dificultando qualquer mediação ou ponderação equilibrada sobre o tema. Com raríssimas exceções, os argumentos variam da negação pura e simples do racismo como fator explicativo das desigualdades, passam pelo absurdo de acusar as cotas de comprometerem a “excelência” universitária<sup>23</sup>, e chegam finalmente a uma crítica mais elaborada que vê nas cotas (e a esse respeito qualquer política de ação afirmativa) o primeiro passo para um processo de “racialização” do Brasil, com potencial para criar ódio racial e dividir a população, especialmente a população pobre, entre brancos e negros.

Os últimos anos testemunharam uma verdadeira guerra de artigos e manifestos, colocando em lados opostos algumas pessoas de indiscutível valor intelectual (acadêmicos, jornalistas e artistas) e compromisso democrático. Ora, esta discussão muito teria a contribuir para uma melhor avaliação do potencial e das eventuais limitações das ações

---

21 Projeto de Estatuto Racial e Projeto Lei tratando da regulamentação do uso de cotas raciais para o acesso às universidades e escolas técnicas federais.

22 KAMEL, Ali. *Não Somos Racistas*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2006.

23 Este argumento já foi em grande parte abandonado após a sucessiva divulgação de dados mostrando que os alunos que se beneficiaram das cotas no momento de ingresso na universidade alcançaram rendimento escolar igual ou acima das médias alcançadas pelos demais alunos.

afirmativas, em particular as cotas, se realizada no marco de um debate sobre quais as melhores estratégias e políticas públicas a serem adotadas pelo estado brasileiro para combater o racismo e as desigualdades raciais. Mas o tom raivoso e acusatório dos ataques – que chegou ao cúmulo da inversão retórica ao acusar e a demonizar os defensores das cotas de serem racistas e promotores da segregação –, infelizmente, bloqueou o diálogo e o debate necessários entre diferentes visões sobre como enfrentar o dilema das desigualdades geradas pelo racismo.

Correndo o risco de cometer certo exagero, podemos pensar que as cotas tocaram no nervo exposto do privilégio gerado pelo racismo que produz espaços e territórios interditados e não autorizados às pessoas de pele escura, especialmente as mais pobres, conforme lindamente cantou Caetano, ele mesmo contra as cotas, os “brancos quase pretos de tão pobres”<sup>24</sup>, os que não sabem o seu lugar. O preconceito contra negros, mulatos ou pardos no Brasil se manifesta de maneira mais desinibida justamente quando se ultrapassam algumas fronteiras, como o shopping da zona sul, a loja de grife, o restaurante chique ou os cursos universitários de maior prestígio. A força da ideologia da mestiçagem e da democracia racial volta a se manifestar, cada vez mais abertamente. No país do racismo sem racistas alguns resolveram que racistas seriam na verdade aqueles e aquelas que lutam, desde sempre, contra o racismo, suprema ironia...

Mas é preciso enfrentar o debate e não aceitar que fique confinado ao campo escolhido pelos que se opõem às cotas não porque as consideram inadequadas ou pouco eficientes no combate ao racismo e às desigualdades raciais – debate necessário e ainda esperando o momento de ser feito em termos equilibrados –, mas simplesmente porque não reconhecem no racismo um fator estruturante do poder e das desigualdades de acesso aos bens materiais e simbólicos na sociedade brasileira. Devemos trazer de volta o foco para a discussão sobre estratégias de igualdade racial a partir de uma perspectiva universalista de direitos que exige medidas que garantam a sua expansão a todos os segmentos da população, independente da cor da pele, do gênero, opção sexual ou qualquer outro atributo objeto de discriminação. Ou seja, não se trata

---

24 Trecho da letra da música Haiti, composta por Caetano Veloso e Gilberto Gil.

apenas de conquistar direitos para a população negra, mas de conquistar toda a sociedade para uma perspectiva de direitos. A persistência do racismo compromete a qualidade da cidadania de todos e todas. O desafio, no entanto, encontra-se em como aprofundar esse processo de reconhecimento e aceitação de uma “agenda racial” no Brasil, sem que isso signifique, muito pelo contrário, qualquer tipo de “racialização” das relações sociais em nossa sociedade.

## DESAFIOS PRESENTES PARA A LUTA ANTIRRACISTA

Para finalizar, apenas algumas anotações sobre pontos que me parecem podem iluminar os próximos passos da luta antirracista no Brasil:

- É urgente um esforço teórico e político de reconstruir o nexo entre questão racial e questão democrática. A luta antirracista é fator de radicalização e aprofundamento democrático, no sentido de uma obra permanentemente inacabada, jamais definitiva ou imune a retrocessos. As pesquisas sobre esse tema deveriam estar mais relacionadas à elaboração de políticas públicas, sobretudo nas de áreas de segurança pública, saúde das mulheres negras, mercado de trabalho e juventude que afetam mais a população negra. É necessário, portanto, retomar o debate sobre a mobilidade social e a estrutura da desigualdade no Brasil, demonstrando que a questão racial e a de gênero organizam a forma como a desigualdade se instala no país, em todos os campos;
- O grau de tolerância que a sociedade brasileira historicamente tem demonstrado em relação aos níveis desproporcionais de pobreza e indigência existentes no Brasil não pode ser dissociado do fato de os negros representarem a parcela mais significativa dessas populações. Passados mais de 100 anos da Abolição, o Brasil não foi capaz de resolver a questão da inclusão social dos descendentes de escravos;
- O mesmo vale dizer a respeito da tolerância em relação à violência policial ou mesmo em relação aos crimes do tráfico e das milícias, desde que ocorram nos “territórios estrangeiros” das favelas e periferias, habitadas por uma gente escura e pobre, em estado permanente de cidadania incompleta;

- É fundamental uma maior articulação de movimentos/organizações negras, assim como outros movimentos sociais, com as novas expressões da luta contra intolerâncias e preconceitos, em particular aqueles movimentos que mobilizam jovens e revelam a diversidade dos modos de expressão, autovalorização e auto reconhecimento existentes. É particularmente importante abrir canais de comunicação com movimentos de jovens expressos através das manifestações/manifestos culturais contidos nos movimentos de hip-hop, *rappers*, funk etc.;
- Retomar a iniciativa e elevar o debate para além de cotas e avaliar o impacto e o papel das políticas públicas ditas universais como eventuais reprodutoras de desigualdades decorrentes da persistência do preconceito racial e explorar as medidas possíveis para a incorporação nessas políticas de mecanismos e indicadores que permitam o seu monitoramento;
- Articular cada vez mais os temas da juventude, violência, racismo e segurança pública. Lembrar que este, talvez, seja o melhor caminho para a retomada de uma conversação ampla multisetorial como foi a realizada no âmbito dos Diálogos Contra o Racismo;
- Finalmente, é preciso romper o insulamento do debate entre especialistas e movimento negro. Este é um passo fundamental no reconhecimento e na afirmação de uma agenda de mudanças que tenha como fundamento as lutas pela ampliação e garantia de direitos humanos fundamentais. E também no reconhecimento de que a necessidade de estratégias específicas para o enfrentamento das desigualdades raciais supõe o compromisso radical com políticas de promoção da igualdade. Parte da dificuldade de tornar a questão racial um tema central na agenda pública é decorrência da pouca importância dada tanto por movimentos sociais quanto por pesquisadores acadêmicos a uma agenda de ação/pesquisa que articule o racismo (e as suas consequências) ao tema mais geral da igualdade e da democracia.